



O ENSINO SUPERIOR NA MODALIDADE A DISTÂNCIA COMO ALTERNATIVA DE MOBILIDADE SOCIAL

HIGHER EDUCATION IN THE DISTANCE MODALITY AS ALTERNATIVE TO SOCIAL MOBILITY

Rodrigo Rogerio Cerqueira da Silva¹

DOI: 10.5281/zenodo.10614117

RESUMO

O presente trabalho aborda os principais aspectos estatísticos da modalidade do Ensino a Distância (EaD) para as instituições de ensino superior, tornando-se uma alternativa desta modalidade, principalmente para estudantes de baixa classe social. Apresenta-se dados estatísticos entre os períodos de 2013 a 2021, através do Instituto SEMESP, ABED, INEPE e Pnad-Contínua do IBGE, discutidos a luz da literatura sobre a modalidade do ensino EaD como mobilidade social. A partir dos aspectos da modalidade de ensino a distância, pretende-se discutir novas estratégias para diminuir o fenômeno da evasão, demonstrando através dos resultados encontrados na literatura e nas bases estatísticas que os fatores da adesão para este tipo de graduação estão relacionados a fatores econômicos, sociais, flexibilidade de horário, logística, acessibilidade e a possibilidade de conciliar trabalho com os estudos.

Palavras Chaves: Educação a Distância. Desigualdade Social. Evasão Escolar. Mobilidade Social.

ABSTRACT

The present work addresses the main statistical aspects of the modality of Distance Learning (EaD) for higher education institutions, becoming an alternative of this modality, especially for students of low social class. It is presented statistical data between the periods 2013 to 2021, through the SEMESP Institute, ABED, INEPE and Pnad-Continuous of IBGE, discussed in the light of literature on the modality of EaD education as social mobility. From the aspects of the distance learning modality, it is intended to discuss new strategies to reduce the dropout phenomenon, demonstrating through the results found in the literature and in the statistical bases that the factors of adhesion for this type of graduation are related to economic and social factors, flexibility of schedule, logistics, accessibility and the possibility of reconciling work with the studies.

Keywords: Distance education. Social inequality. School Dropout. Social Mobility.

¹Universidade Estadual de Campinas; E-mail: rodrigorogerioudoutorado@gmail.com; Pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas na área ensaios não destrutivos aplicadas ao material concreto. Doutorado na área de inspeção de estruturas por ensaios não destrutivos pela Universidade Estadual de Campinas. Mestrado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas em fundações profundas.



INTRODUÇÃO

A expansão do ensino superior trouxe efeitos importantes para a diversificação de diversos tipos de estudantes na graduação, que hoje constituem um conjunto muito heterogêneo em termos de idade, gênero, origem socioeconômica, cor, etnia, motivações, expectativas e projetos profissionais. As ações de políticas públicas e o crescimento do mercado de ensino superior levaram as instituições de educação, a ofertar formação superior em diferentes turnos (integral, vespertinos e noturnos), modalidades de ensino (presencial e a distância) e também ampliando o número de cursos e de carreiras oferecidas. Entretanto estas ações não são suficientes para diminuir o fenômeno da evasão do ensino superior e criar oportunidade principalmente para os estudantes menos favorecidos, pertencentes a baixa classe social.

A concepção de classe social se baseia na perspectiva de utilização do termo para dar a ideia de que existem abismos sociais, ou seja, indivíduos e grupos possuem diferenças entre si e ocupam lugares díspares na sociedade, sendo o fator financeiro uma das características marcantes na definição de uma classe social (Capi et al., 2019).

Segundo Casanova (2018) quando se trata do tema evasão no ensino superior, existe uma complexidade diante das situações de abandono, pesquisas relacionadas ao ensino superior apresentam diversos modelos para a explicação do fenômeno da evasão, desde variáveis psicológicas, sociológicas, econômicas e institucionais.

Os programas de governo como FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), ProUni (Programa Universidade para Todos), Sistema de Seleção Unificada (Sisu), os planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), tem facilitado a expansão do número de matrículas no ensino superior principalmente para estudantes de baixa renda, porém surgem alguns desafios para a gestão das instituições de ensino superior, no que se refere a qualidade de ensino, permanência dos estudantes nessas instituições e conseqüentemente a redução dos índices de evasão. Segundo Madalozzo e Blofield (2017), a definição do critério de baixa renda pode ser estabelecida para uma renda familiar média de até R\$1.500 mensais ou menos.

Para a educadora Paula (2007) o aumento de programas de educação dos governos, não garante a inclusão de fato na educação superior, pois este deve ser acompanhado de políticas de permanência que permitam a conclusão dos cursos pelos estudantes de baixa renda e pelas minorias étnicas, que historicamente têm sido excluídos do ensino superior, sobretudo dos cursos



de alta demanda e elevado prestígio social. Segundo a educadora, esta correlação entre estudantes de baixa renda associada a evasão escolar, a educação superior brasileira apresenta elevadas taxas de evasão e pequenas taxas de conclusão em muitos cursos de graduação.

A evasão escolar também está associada ao desempenho acadêmico dos estudantes, estudos realizados por Silva et al. (2016), analisaram o desempenho das notas dos estudantes ao longo do primeiro ano de graduação. Os autores verificaram que o rendimento dos estudantes está associado com a formação recebida ao longo do ensino médio, interferindo nas capacidades e conhecimentos técnicos, refletindo num impacto direto no desempenho, rendimento e aproveitamento acadêmico, observado através do números de reprovações ou índices de estudantes que realizam provas de recuperação finais (exames).

Os estudos realizados por Casanova (2018) retratam que a evasão pode ser especialmente relevante ao evidenciar a importância do apoio econômico no abandono do ensino superior, especialmente aos estudantes não tradicionais, pertencentes a minorias ou em situação de reingresso. A definição relacionada ao perfil dos estudantes, conhecido como estudante “não tradicional” tem como definição por Bean e Metzner (1985), como aqueles que trabalham e não possuem as características dos grupos tradicionais no ensino. Que segundo Borges (2019) no caso dos brasileiros, são identificados como estudantes não tradicionais os primeiros de suas famílias a cursarem o ensino superior (estudantes de primeira geração), não brancos, que não possuem disponibilidade para dedicação exclusiva aos estudos, fora da idade considerada ideal para o ensino superior (18 a 24 anos), entre outras características que os diferenciam dos seus pares de classe média e alta. Esses estudantes sofrem um desgaste que aumenta significativamente as chances de evasão devido aos desafios cotidianos que sua situação econômica lhes impõe.

Quando se trata de estudantes de baixa classe social, a evasão é um fator preocupante, mesmo com acesso a instituições públicas, sendo um dos motivos a dificuldade de custear alimentação, moradia e transportes. Dados revelados pelo censo educacional da Associação Brasileira de Educação à Distância – ABED (2021) demonstrou que dentre as principais causas da evasão estão problemas financeiros, dificuldades de gerenciamento de tempo livre dedicado às atividades do curso, não adequação ao método de ensino e a obrigatoriedade da realização de provas presenciais em muitas instituições ofertantes.

Assim o objetivo da presente pesquisa é avaliar através do uso de bases estatísticas entre os anos de 2013 a 2021, a modalidade do Ensino a Distância (EaD), como alternativa para

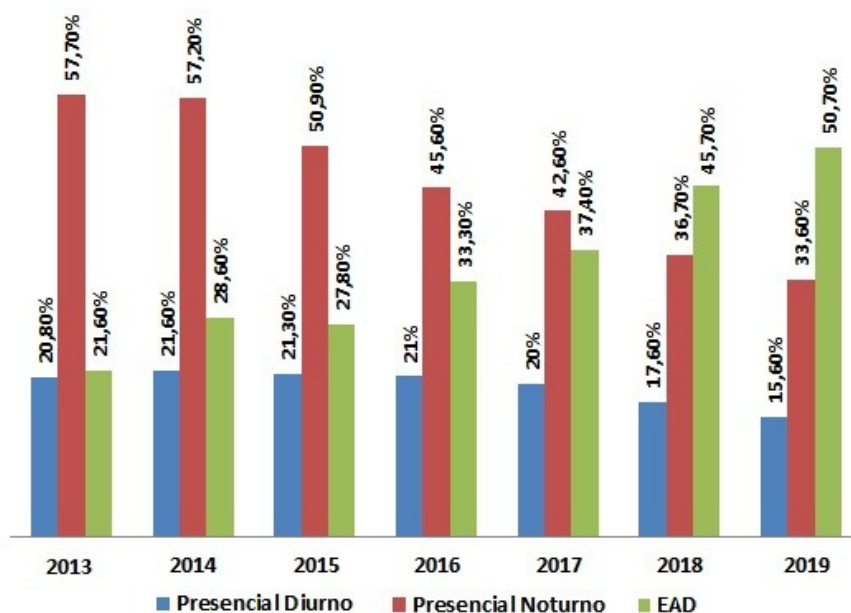


diminuir a evasão escolar e promover mobilidade social, principalmente para estudantes de Instituições de Ensino Superior (IES) de baixa classe social.

ESTATÍSTICAS DO ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Dados do censo do Instituto SEMESP (2020) apontam que nos últimos 5 anos, a educação a distância vem aumentando sua participação no ensino superior. De acordo com a figura (1) em 2019, a graduação EaD aumentou para 29,10% em relação ao ano de 2013, e já atende mais de 2 milhões de estudantes, o que representa uma participação de 45,70% dos estudantes de graduação em todo país, contribuindo dividir seu tempo entre estudos e trabalho, permitindo assim a sobrevivência familiar e manter-se na graduação.

Figura 1. Número de matrículas em cursos de graduação presencial e a distância, para diferentes Instituições de Ensino Superior no ano de 2013 até 2019.



Fonte: Instituto SEMESP (2020).

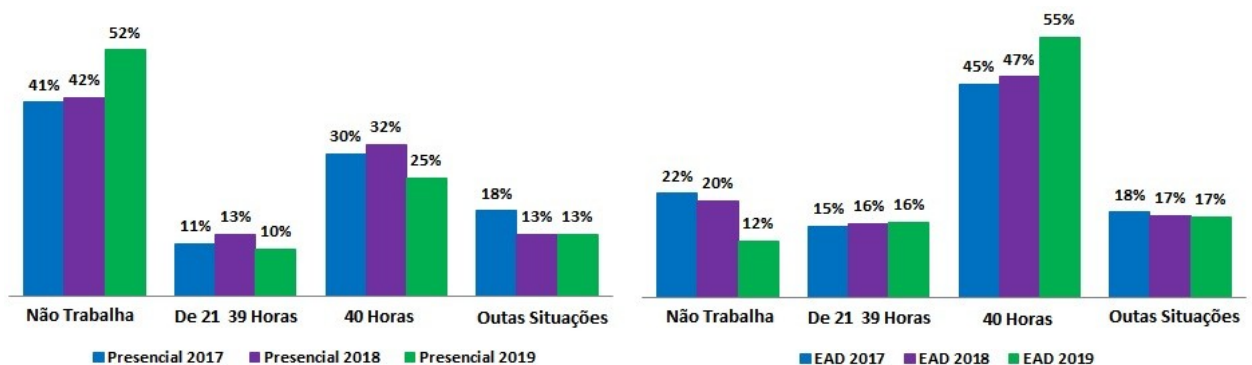
No capítulo “A escolha dos eleitos” os autores Bourdieu e Passeron (2014) apresentam a reflexão de que as desigualdades são postas até mesmo na escolha dos cursos de graduação, afirmando ser essa “a forma mais oculta das desigualdades”. Deste modo, os estudantes são distribuídos de forma desigual entre os cursos em razão de suas origens sociais, aonde aqueles



com uma origem mais modesta seriam afetados por aquilo que os autores chamam de uma “restrição de escolha”. De acordo com a ideia central dos autores, uma das alternativas que estudantes de baixa classe social buscam para conseguir um diploma universitário e ser inserido no mercado de trabalho, é através dos cursos de graduação ofertados pela modalidade à distância, devido à flexibilidade de horários, não interferindo principalmente em sua rotina de trabalho.

Os dados do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) realizado pelo INEP (2020) apontam um crescimento na modalidade de graduação à distância, entre os anos de 2017 a 2019, em cerca de 50%, para os estudantes que possuem uma jornada de trabalho de 40 horas semanais. Entretanto em média 45% dos estudantes que não trabalham representam os cursos de graduação presencial. A figura (2) demonstra a quantidade de horas semanais de trabalho entre estudantes dos cursos presenciais e a distância.

Figura 2. Jornada de Trabalho dos estudantes dos cursos de graduação presenciais e a distância.



Fonte: INEP (2017, 2018 e 2019).

Outro atrativo desta modalidade é o preço acessível das mensalidades, ao qual as instituições privadas ofertam. Os dados do Instituto SEMESP (2020), apontam que entre os anos de 2017 a 2019, cerca de 70% do rendimento dos estudantes dos cursos presenciais estão comprometidos com a mensalidade no ensino superior privado, entretanto para os que cursam a modalidade EaD somente 22% da sua renda são destinadas as mensalidades.

Devido à pandemia da Covid-19 a implantação de mudanças no plano político pedagógico dentro dos cursos de graduação foi impulsionada a modificações no sistema de ensino, acelerando ao uso de novas metodologias e tecnologias de ensino que estavam sendo aos poucos implantadas nas instituições de ensino superior. Assim a pandemia da COVID-19, trouxe



desafios para o ensino superior, diante de novas portarias para a utilização de tecnologias remotas, surgindo a necessidade de inclusão digital. Este movimento se intensifica no Brasil, através do desaparecimento dos espaços físicos e estruturas para EaD – polos, integração de plataformas digitais com produção integrada de conteúdo digital para as mesmas disciplinas do mesmo currículo (Martins, 2020).

Os microdados apresentados pelo Pnad-Contínua (2018) traz informações sobre 554.211 pessoas, demonstrando que o acesso a internet não é um problema para a população, pois o acesso é maior entre os estudantes de graduação (99,3%) do que na média da população com 10 ou mais anos de idade (74,7%). Entre estudantes de Instituições de Ensino Superior Pública e Privada cerca de (99%) possuem acesso a internet, não sendo um problema para a adesão da modalidade do ensino a distância.

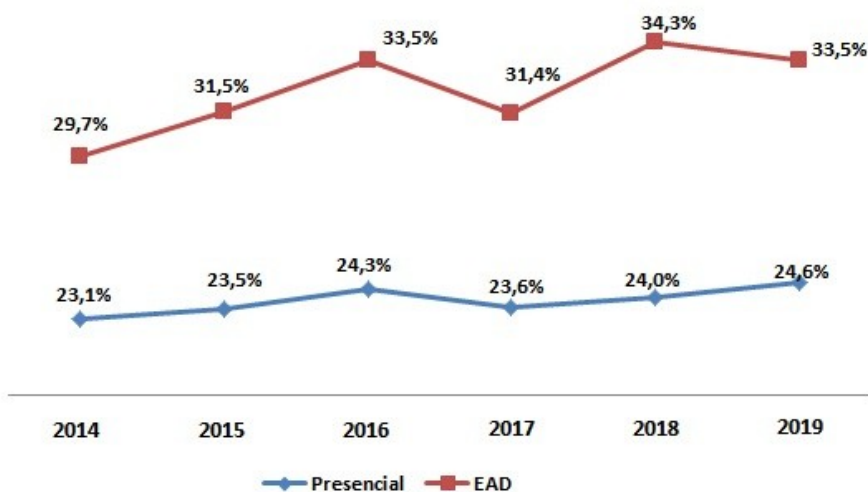
Schwartzman (2020) e Nascimento et al. (2020) colocam como suporte ao ensino remoto a distribuição de *tablets* com chips de dados, ao qual conseguiria resolveria o problema para mais de 60% dos estudantes de graduação sem acesso domiciliar à internet. Distribuir chips de dados e equipamentos pode ser complementado com a abertura dos campi em horários específicos e pré-agendados para quem não consegue acesso (Castioni et al., 2021).

A educação sofre diferentes mudanças ao longo da sua história, pois assim como a sociedade é bem dinâmica isto também é refletido na educação. Nesse sentido, podemos considerar que a educação a distância é uma modalidade que beneficia os estudantes brasileiros ao permitir que conteúdos adequados, ministrados por profissionais capacitados cheguem as regiões mais longínquas do país. Tendo assim felizmente proporcionado uma maior democratização da frequência do ensino superior, através de jovens menos favorecidos, mantendo como sinais positivos a democratização do acesso e a frequência crescente por estudantes “não tradicionais”.

Uma das vantagens da modalidade de ensino a distância é conseguir maior volume de candidatos, em função dos benefícios como flexibilidade de tempo e mensalidades reduzidas, este fator será de pouca ajuda caso as instituições permitam que os estudantes saiam na mesma velocidade com que entraram (Simpson, 2013). Os dados apresentados pelo Instituto SEMESP (2021) demonstram que a taxa de evasão da modalidade EaD tem se mantido estável nos últimos anos, entretanto maior que a modalidade presencial, apresentando uma tendência de crescimento indicando que o modelo precisa ser aperfeiçoado (Figura 3).



Figura 3. Taxa de evasão dos estudantes em cursos de graduação presenciais e a distância.



Fonte. SEMESP (2021).

Dados da ABED (2021) informam que a taxa de evasão é maior nas IES Públicas (50%), do que nas IES Privadas (38%), reflexo dos aspectos pedagógicos além do modo de atendimento que a IES oferece, pois a pouca relação dos estudantes com a instituição pode se tornar um fator que descaracterize o sentimento de pertença, e quaisquer dificuldades que ele encontre na sua jornada acadêmica pode motivá-lo a evadir.

Para Bourdieu e Passeron (2014) a realização de uma pedagogia racional, deve-se valer de uma análise sociológica das desigualdades sociais e da sua implicação na relação dos estudantes com a cultura, fundamentando-se na análise de diferentes formas de ensino (cursos, trabalhos práticos, seminários, grupos de trabalho) e ensino (desde o simples conselho técnico até a direção efetiva dos trabalhos de estudantes) não esquecendo o seu rendimento, diferencial segundo a origem social dos estudantes.

Entretanto de acordo com Santos e Oliveira (2012) alguns motivos podem facilitar o abandono do curso EaD devido a insatisfação dos estudantes com a tutoria, coordenação e corpo docente do curso, bem como falhas nos materiais didáticos disponibilizados pela instituição, ou também pelo fato de considerar que o grau de exigência de um curso na modalidade a distância seja menor quando comparado à modalidade presencial.

Segundo Perosa et al. (2015) os grupos sociais com maior renda e maior escolaridade tendem a manter seus filhos em escolas privadas, e os grupos com menor volume de recursos econômicos e escolares, tendem a se concentrar nas estruturas públicas de ensino. Estas diferenciações dos estabelecimentos públicos e privados de educação refletem na aprovação nos

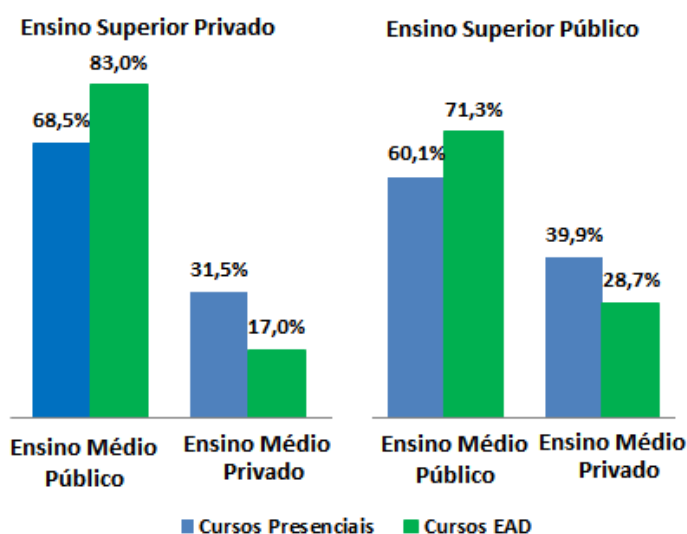


vestibulares de acesso ao ensino superior, devido ao grande investimento econômico familiar, proporcionando melhor preparação para a competição escolar através de um intenso trabalho pedagógico. De acordo com os autores, o diploma do ensino médio age como um fator protetor da pobreza extrema, esta modalidade de nível educacional distancia os indivíduos das faixas maiores de renda, resultando em uma posição social intermediária.

A trajetória do ensino médio é marcada pela influência na escolha da modalidade de graduação, sendo o ensino a distância o passaporte de entrada de classes sociais mais baixas ao ensino superior, permitindo a possibilidade de diminuir o distanciamento da educação, dos indivíduos com maiores faixas de renda.

Os estudos realizados Mondini et al. (2014) demonstraram que a falta de tempo para cursar a modalidade regular/presencial de ensino, além do valor de mensalidades mais barata apresentaram ser o fator mais relevante, inclusive para estudantes que realizaram o ensino médio em escola pública, torna-se a modalidade (EaD) atrativa. As estatísticas apresentadas pelo Instituto SEMESP (2020) corroboram com os estudos de Mondini et al. (2014), demonstrando expressivamente a procura dos estudantes pela modalidade à distância tanto em IES pública (83%) e privada (71,3%), advindos do ensino médio público (Figura 4).

Figura 4. Perfil dos estudantes do ensino médio, matriculados nos cursos de graduação presenciais e a distância de IES pública e privada.

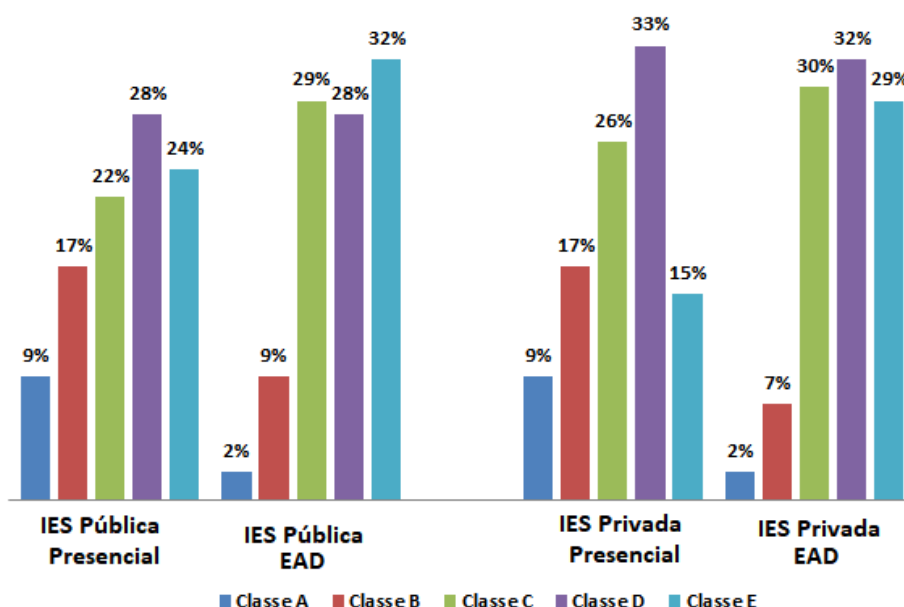


Fonte: Instituto SEMESP (2020).



Os dados da ABED (2021) apresentados na figura (5) apontam que nos cursos públicos a distância, as classes C, D e E são a maioria, sendo a última a mais expressiva, representando 32% do total. Entretanto nos cursos públicos presenciais, a classe E diminui cerca de 24%, dando espaço para 26% dos mais ricos representado pelas classes A e B acessarem os cursos presenciais e públicos, sendo que 50% pertencem às classes C e D. Nos cursos a distância das IES particulares, a soma dos estudantes das classes C, D e E é de 93,5%, indicando que a educação EaD vem promovendo mobilidade social para as pessoas mais pobres ter acesso ao ensino superior.

Figura 5. Classe social dos estudantes matriculados nos cursos presenciais e a distância de IES pública e privada.



Fonte: ABED (2021).

A escolha dos cursos EaD possibilita os estudantes de baixa classe social não precisarem escolher entre trabalhar para garantir o seu sustento ou estudar em cursos matutinos ou vespertinos, oferecidos, muitas vezes, nas universidades públicas, limitando o acesso de trabalhadores e estudantes de classes mais baixas. Demonstrando que a modalidade EaD não é somente garantia de qualificação, mais também de mobilidade social, favorecendo diversos fatores em torno dos estudantes, entre eles familiar, cultural e social.

Mesmo permitindo o acesso à educação para as classes mais baixas (C, D e E), ainda seria preciso fazer uma avaliação com maiores indicativos da qualidade de ensino da modalidade

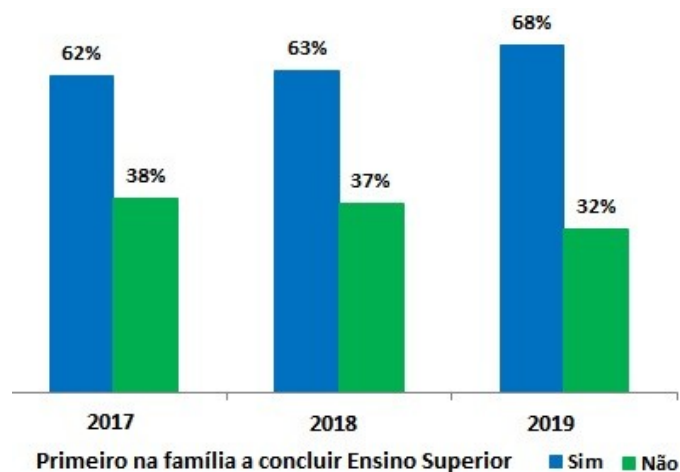


a distância, pensando no tempo de qualidade dedicado aos estudos de estudantes que se divide entre tantas outras atividades.

A transformação social refere-se também ao aumento de possibilidades de incluir no processo educacional pessoas até então impossibilitadas de cursar o nível superior, por morar longe dos grandes centros ou pela indisponibilidade de tempo para cumprir os horários tradicionais de sala de aula, neste sentido o ensino EaD possui uma importante contribuição na diminuição das desigualdades sociais (Lacerda, 2018).

De acordo com dados do ENADE (2018, 2019 e 2020) a modalidade EaD vem proporcionando que os estudantes de baixa classe social, sejam os primeiros a concluir um curso de graduação na família, aumentando a cada ano desde 2017 conforme demonstra abaixo a figura (6).

Figura 6. Porcentagem dos estudantes da modalidade EaD, a serem os primeiros a concluir um curso de graduação na família.



Fonte: INEP (2018, 2019 e 2020).

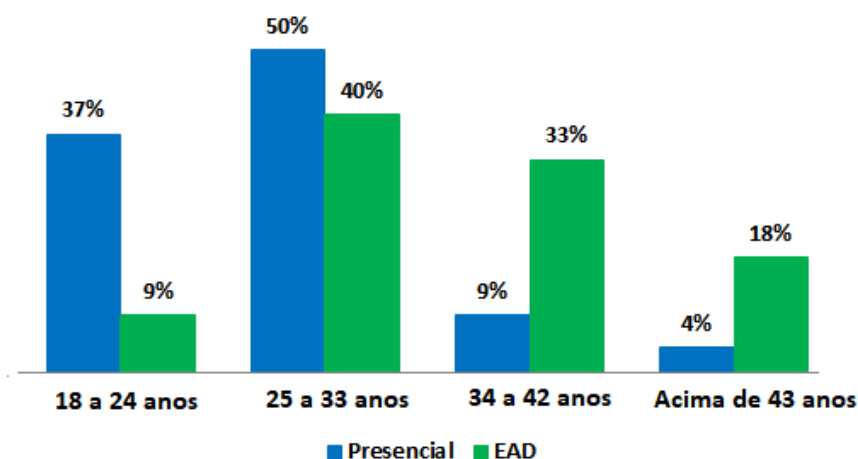
Neste caso os estudantes que cursaram ou cursa uma graduação, mesmo na modalidade EaD, são considerados possuidores de certo capital cultural absorvido pela via do ensino superior, Bourdieu (1998, p.44) descreve a seguinte linha de pensamento: “A presença no círculo familiar de pelo menos um parente que tenha feito ou esteja fazendo curso superior, testemunha que essas famílias apresentam uma situação cultural original, quer tenham sido afetadas por uma mobilidade descendente ou tenham uma atitude frente à ascensão que as distingue do conjunto de famílias de sua categoria (Bourdieu, 1998, p.44)”.



Sobre o perfil dos estudantes da modalidade EaD, percebe-se que a maioria dos estudantes destacado pela literatura (Durini e Ribeiro, 2013; Fiuza e Sarriera, 2013; Mondini et al., 2014), possui faixa etária entre 19 e 29 anos, e possuem ocupação profissional ligada a áreas operacionais e renda familiar mensal entre R\$ 1.000,00 e 3.000,00 reais.

Os dados do INEP (2020) de acordo com a figura (7) apontam que a modalidade presencial e EaD têm públicos diferentes quanto a faixa etária. Enquanto o estudante mais jovem predominantemente matricula-se no ensino presencial, o aumento das matrículas na modalidade a distância tem contribuído para o aumento da taxa de escolarização, através de um público de faixa etária mais velha, que não conseguiu acessar o ensino superior quando jovem.

Figura 7. Faixa etária dos estudantes matriculados nos cursos superiores presenciais e a distância.



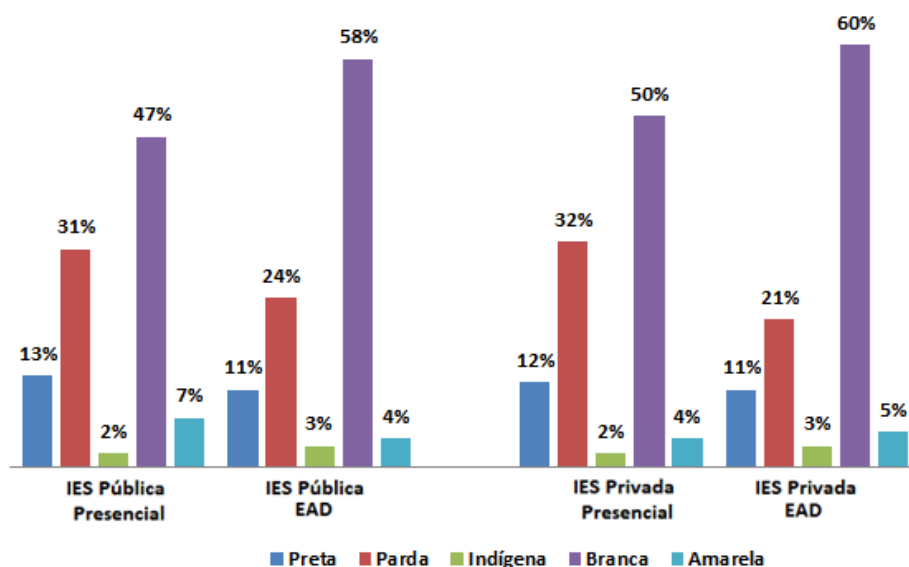
Fonte: INEP (2020).

Infelizmente, o ensino superior brasileiro é excludente e, apesar das políticas de ações afirmativas (cotas) serem criadas para minimizar o problema, a questão do acesso às populações de raça/cor preta e parda ainda está longe de ser resolvida, mesmo com a educação a distância. Segundo Poletto et al. (2020) as ações afirmativas refletem nas mudanças no acesso ao ensino superior proporcionando benefícios em esferas desde direitos humanos, econômico e novas possibilidades de desenvolvimento social, através da superação e prevenção da pobreza e marginalização.



Entretanto quando tratamos de IES públicas e privadas, tanto para os cursos presenciais e a distância, no âmbito geral do país, os dados apontados pelo Pnad –IBGE (2018) e Instituto SEMESP (2020) demonstram que ainda temos um equilíbrio na quantidade de negros (8%), pardos (34,0%), brancos (55%), amarelos (2%) e indígenas (1%). As estatísticas da ABED (2021) demonstram que mesmo em instituições públicas e privadas de ensino a distância, menos de 50% das pessoas são negras “aonde pretos e pardos resultam no segmento de pessoas negras”, de modo que as pessoas brancas ainda somam a quantidade mais expressiva (Figura 8).

Figura 8. Etnias nas IES, em cursos presenciais e EAD.



Fonte: ABED (2021).

Segundo Cesar (2003) a oportunidade criada pelas ações afirmativas não basta somente garantir o acesso ao ensino superior dos jovens excluídos, mas deve-se garantir, sobretudo, sua permanência e graduação com êxito, principalmente no caso das cotas, em que os estudantes podem se tornar vítimas do próprio sistema que os beneficiou, devido às próprias dificuldades de aprendizado sem capacitação e ao elevado nível científico do ambiente universitário.

Estudos realizados por Bourdieu (2007), demonstram que o diploma universitário não é suficiente para garantir a inserção qualificada no mercado de trabalho, principalmente para



baixas classes sociais. Segundo o autor, a estratificação social estaria associada ao volume de capital que o indivíduo possui como o capital econômico, cultural e social, seriam bens herdados, fazendo parte do patrimônio das famílias. Assim para Bourdieu (2007), as classes que detêm maior quantidade global de capital têm seus filhos mais favorecidos na obtenção das melhores posições no mercado de trabalho e as classes que detêm menor quantidade global de capital têm seus filhos desfavorecidos, independente da instituição de origem do diploma conquistado. Entretanto os estudos realizados por Souza et al. (2011) demonstra uma visão contrária a de Bourdieu (2007), demonstrando que independente da classe e da cor, a educação faz diferença, indivíduos com nível superior possuem cerca de vinte vezes mais chances do que indivíduos sem escolaridade de serem profissionais.

Para Duru-Bellat (2008) a democratização da educação contribuiu para a diminuição do impacto sobre os fenômenos de reprodução social, e certamente a imobilidade social entre gerações é hoje em dia, um pouco menos intensa que no começo do século, sendo a diminuição das desigualdades sociais frutos das oportunidades escolares.

As instituições de ensino superior estão funcionando de maneira importante na operação do sistema de *status* e classe social das sociedades que existem atualmente. “Quando uma sociedade contém grupos desprivilegiados, a educação é um dos meios possíveis de mobilidade para eles, assim como é um dos meios pelos quais os membros do grupo dominante mantêm seu *status*. A educação pode fornecer um número considerável de oportunidades para grupos desprivilegiados, se todos os grupos têm uma chance igual de obter educação (Becker, 1977)”.

O acesso ao ensino superior na modalidade EaD, poderá aumentar não somente os rendimentos econômicos, bem como culturais e sociais dos indivíduos, beneficiando principalmente estudantes de nível socioeconômico menos favorecido, dentro de cursos que ainda é visto de elevado prestígio social.

Os estudos recentes realizados por Senkevics (2021) relata que a crise econômica e a incapacidade de prever uma solução para o atual quadro pandêmico, se soma às profundas incertezas da maior crise econômica da história, gerando consequências imprevisíveis para as novas gerações, enxergando no ensino EaD uma função estratégica no acesso ao ensino superior daqui em diante.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou identificar os principais aspectos e motivos, ao qual a modalidade de ensino a distância (EaD), pode contribuir com um dos diversos aspectos encontrados dentro do conceito de evasão no ensino superior.

A escolha e a permanência em cursos de graduação na modalidade à distância, dentre os principais motivos dos estudantes da escolha neste sistema de ensino, procurou compreender que a questão da adesão e da permanência nesta modalidade envolve elementos socioeconômicos.

Os dados estatísticos apresentados na presente pesquisa, demonstram que a modalidade de ensino a distância, possibilita a mobilidade social entre indivíduos menos favorecidos não somente em torno do patrimônio econômico mais também cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. no EAD.BR: **relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2019/2020**. br. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2021.

BEAN, J. P.; METZNER, B. S. A conceptual model of nontraditional undergraduate student attrition. **Review of educational Research**, v. 55, n. 4, p. 485-540, 1985.

BECKER, H. Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro: **Zahar Editores**, 1977.

BORGES, E. H; N. Modelos teóricos de análise da evasão no ensino superior aplicados à pesquisa sobre acompanhamento acadêmico dos estudantes do setor público. **Enfoques**, p. 83-95. 2019.

BOURDIEU, Pierre. “A escola conservadora. Desigualdades frente à escola e à cultura”. In: **Escritos de Educação**, Vozes, 1998.



BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. Os herdeiros: os estudantes e a cultura. **Florianópolis**, Editora da Universidade Federal de Santa. 2014.

CASANOVA, J. R. Abandono No Ensino Superior: Modelos Teóricos, Evidências Empíricas E Medidas De Intervenção. Educação: **Teoria e Prática**, 28(57), 05–22. 2018.

CASTIONI, R.; MELO, A. A. S. D.; NASCIMENTO, P. M.; RAMOS, D. L. Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, p. 399-419, 2021.

CAPI, A. H. C.; BAHIA, M. C.; GRASSO, R. M. P.; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. Lazer na região norte do Brasil: as práticas cotidianas das diferentes classes sociais. **Papers do NAEA**, 2019.

CESAR, R.C.L. Ações afirmativas no Brasil: e agora, doutor? **Revista Ciência Hoje**, v. 33, n. 195, p. 26-32, julho 2003.

DURINI, W. B.; RIBEIRO, L. Ml. Percepções no ensino superior a distância: uma análise do curso de administração em uma universidade virtual no RS. **XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas**. 2013.

DURU-BELLAT, Marie. (2008). “Desigualdades sociais”. In: **Zanten, Agnès van (Org.) Dicionário de Educação**. Petrópolis, Vozes, 2008. P. 189-195.

FIUZA, Patricia Jantsch; SARRIERA, Jorge Castellá. Motivos para adesão e permanência discente na educação superior a distância. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 4, p. 884-901, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad Contínua, edição de 2018**,



trimestre 4 (questionário suplementar de TIC). Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-ontinua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 15 Out. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. **Resultados Enade 2019 Conceito Enade e IDD 2019.** Censo da Educação Superior. 2020.

INSTITUTO SEMESP. Mapa do ensino superior no Brasil 2020 (**Instituto Semesp (Ed.);** 10a Edição). Capelato, Rodrigo (Prod.). 2020.

LACERDA, F. K. D. O sistema de cotas na educação superior a distância. **Multidebates**, v. 2, n. 2, p. 305-317, 2018.

MADALOZZO, R.; BLOFIELD, M. Como famílias de baixa renda em São Paulo conciliam trabalho e família?. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 215-240, 2017.

MARTINS, R. X. A covid-19 e o fim da educação a distância: um ensaio. **EmRede-Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 242-256, 2020.

MONDINI, V. E. D.; BORGES, G. D. R.; DOMINGUES, M. J. C. D. S.; MONDINI, L. C., CAPES, À. Análise dos fatores determinantes da escolha pela modalidade de ensino superior à distância em uma ies no sul do brasil. **XVII SEMEAD - Seminários em Administração.** 2014.

NASCIMENTO, P. M.; RAMOS, D. L.; MELO, A. A. S. D.; CASTIONI, R. Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia. Brasília: **Ipea**, 16 p. 2020.

PAULA, M. F. C de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017.



PEROSA, G. S.; LEBARON, F.; LEITE, C. K. da Silva. O espaço das desigualdades educativas no município de São Paulo. **Pro-Posições**, v. 26, p. 99-118, 2015.

POLETO, B. D.; EFROM, C.; RODRIGUES, B. Maria. Ações Afirmativas no Ensino Superior: revisão quantitativa e qualitativa de literatura. **Revista Electrónica Educare**, v. 24, n. 1, p. 292-325, 2020.

SANTOS, E. M.; OLIVEIRA NETO, J. D. Evasão na educação a distância: identificando causas propondo estratégias de prevenção. **Revista Paidéi@**, UNIMES VIRTUAL, v. 2, n. 2, dez. 2009.

SCHWARTZMAN, S. Acesso à internet dos estudantes de nível superior. **Site e blog do Simon Schwartzman**. 15 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3k7yv1G>.

SENKEVICS, Adriano Souza. A expansão recente do ensino superior. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 3, n. 4, p. 48-48, 2021.

SILVA, C. A. G.; DE LIMA, R. U. T.; OLIVEIRA, Z. M. D. S.; PADILHA, A. W.; DOS SANTOS, E. L.; DOS SANTOS FILHO, H. T.; PEDROSO, C. M. Análise da influência da formação de ensino médio no desempenho acadêmico de estudantes de engenharia. **International Journal on Alive Engineering Education**, v. 3, n. 2, p. 65-78, 2016.

SIMPSON, O. Student retention in distance education: are we failing our students? **Open Learning: The Journal of Open, Distance and e-Learning**, v. 28, n. 2, p. 105-119, 2013.

SOUZA, P. F.; RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. “Desigualdade de oportunidades no Brasil: considerações sobre classe, educação e raça”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 25 (73): 77-100. 2011.